

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Acionistas da
Tarpon Investimentos S.A.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tarpon Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tarpon Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita de taxa de gestão e performance

Conforme notas explicativas nº 3a e 18 às demonstrações financeiras, as receitas de taxas de gestão e performance representam a totalidade das receitas da Companhia e suas controladas. Os montantes contabilizados de receitas de taxa de gestão e performance, dependem substancialmente de inserções manuais das métricas e percentuais definidos no regulamento de cada fundo de investimento, bem como os valores que servem de base de cálculo para o reconhecimento da receita, tais como patrimônio líquido dos fundos e taxa mínima de rentabilidade. Dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e testes do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados ao processo da Administração para calcular os montantes de taxa de gestão e performance para cada fundo de investimento gerido e a revisão final dos montantes contabilizados como receita, (ii) para uma amostra de fundos de investimentos geridos pela Companhia e suas controladas, recalculamos as receitas de taxas de gestão e performance com base nas métricas e percentuais definidos nos respectivos regulamentos dos fundos de investimento e nas informações financeiras de tais fundos de investimento, e comparamos com os montantes contabilizados, e (iii) para essa mesma amostra, analisamos os valores reconhecidos como receita pela Companhia e suas controladas com os recebimentos subsequentes nos extratos bancários.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os critérios adotados pela Administração para reconhecimento das receitas de taxa de gestão e performance, são apropriados para suportar os montantes incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Tarpon Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Individual		Consolidado		Passivo	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	59	51	2,733	28,285	Contas a pagar	13	76	7,271	1,673	462
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5	32,978	-	98,281	25,585	Obrigações societárias	16.d	20,091	2,421	20,091	2,421
Recebíveis	7	-	-	8,467	658	Obrigações tributárias	14	374	364	30,859	6,307
Dividendos a receber	10	20,004	-	-	-	Obrigações trabalhistas	15	69	14	16,667	2,195
Impostos a compensar	8	213	203	392	452	Total		20,610	10,070	69,290	11,385
Outros ativos	9	-	-	12,109	8,129						
Total		53,254	254	121,982	63,109						
Não circulante						Não circulante					
Impostos a compensar	8	1,122	1,075	1,122	1,075	Impostos diferidos	22.b	-	-	388	295
Outros ativos	9	-	-	704	-	Total		-	-	388	295
Impostos diferidos	22.b	-	-	4,253	-						
Investimento	10	24,853	61,518	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	11	-	-	73	101	Capital social	16.a	7,402	7,085	7,402	7,085
Intangível	12	-	-	163	172	Reserva de capital	16.f	3,652	3,236	3,652	3,236
Total		25,975	62,593	6,315	1,348	Ações em tesouraria	16.i	(626)	(624)	(626)	(624)
						Reserva legal	16.c	1,415	1,415	1,415	1,415
						Reserva de lucro	16.g	7,072	7,072	7,072	7,072
						Reserva de investimento	16.h	4,179	-	4,179	-
						Plano de opções		23,441	21,697	23,441	21,697
						Ajuste acumulado de conversão		12,084	12,896	12,084	12,896
						Total		58,619	52,777	58,619	52,777
Total do ativo		79,229	62,847	128,297	64,457	Total do passivo e patrimônio líquido		79,229	62,847	128,297	64,457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de administração		-	-	33,131	46,021
Taxa de performance		-	-	93,380	1,064
Receita operacional líquida	18	-	-	126,511	47,085
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com pessoal	15	-	-	(33,265)	(23,465)
Plano de opções	21	-	-	(1,744)	(939)
Despesas administrativas	19	(1,689)	(1,914)	(9,188)	(7,552)
Resultado com ativos financeiros	20	5,249	171	6,984	1,489
Resultado de equivalência patrimonial	10	52,880	11,450	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		(261)	(277)	(504)	(1,003)
		56,179	9,430	(37,717)	(31,470)
Resultado operacional		56,179	9,430	88,794	15,615
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(32,615)	(6,185)
Corrente		-	-	(36,775)	(6,078)
Diferido		-	-	4,160	(108)
Lucro líquido do exercício		56,179	9,430	56,179	9,430
Atribuível aos controladores		56,179	9,430	56,179	9,430
Número de ações em circulação no final do exercício		44,916	43,959	44,916	43,959
Lucro básico por ação	17.a	1.25	0.21	1.25	0.21
Lucro básico diluído por ação	17.b	1.27	0.20	1.27	0.20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício		56,179	9,430	56,179	9,430
Resultados abrangentes		(812)	660	(812)	660
Ajuste acumulado de conversão		(812)	660	(812)	660
Resultado abrangente total		55,367	10,090	55,367	10,090
Resultado abrangente atribuído aos controladores		55,367	10,090	55,367	10,090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		56,179	9,430	56,179	9,430
Ajustes:					
Depreciação e amortização	11, 12 & 19	-	-	47	308
Resultado de equivalência patrimonial	10	(52,880)	(11,450)	-	-
Aumento do plano de opções	21	-	-	1,744	939
Baixa de imobilizado	11	-	-	-	109
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	-	36,775	6,077
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	(4,160)	108
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício ajustado		3,299	(2,020)	90,585	16,971
Variações de ativos e passivos					
(Aumento) de recebíveis		-	-	(7,809)	(263)
(Aumento) de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	5	(32,978)	-	(72,696)	(6,603)
(Aumento)/redução de impostos a compensar		(57)	76	(473)	2,340
(Aumento) de instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	(456)
(Aumento)/redução de outros ativos		-	601	(5,015)	581
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		55	(5)	14,472	595
Aumento/(redução) de contas a pagar		(7,195)	(2,270)	1,211	(186)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias		10	(50)	2,908	77
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(15,131)	(5,509)
Caixa líquido das atividades operacionais		(36,866)	(3,668)	8,052	7,547
Atividades de investimentos					
Recebimento de dividendos	10	42,435	9,068	-	-
Efeito decorrente do plano de pagamento baseado em ações restritas		2,446	-	-	-
Recebimento com liquidação de subsidiária (TISA NY)	10	25,592	-	-	-
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(10)	(65)
Caixa líquido das atividades de investimentos		70,473	9,068	(10)	(65)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	16.b	733	-	317	-
Recuperação ações em tesouraria	16.i	(2)	(624)	(2)	(624)
Dividendos pagos no exercício	16.d	(34,330)	(4,975)	(34,329)	(4,975)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(33,599)	(5,599)	(34,014)	(5,599)
Total do Fluxo de Caixa		8	(199)	(25,972)	1,883
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		8	(199)	(25,972)	1,883
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		51	250	28,285	25,742
Varição cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	4	660
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		59	51	2,317	28,285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido (controladora)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de lucro</u>	<u>Reserva de investimento</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>(-) Ações em tesouraria</u>	<u>Plano de opções</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Dividendos propostos</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>Patrimônio líquido total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	Notas	7,085	1,968	1,268	-	1,415	-	20,758	12,236	3,462	-	48,192
Recompra de ações	16.a	-	-	-	-	-	(624)	-	-	-	-	(624)
Plano de opções	16.g	-	-	-	-	-	-	939	-	-	-	939
Ajuste acumulado e conversão	21	-	-	-	-	-	-	-	660	-	-	660
Transferência de saldo em reserva de lucro para constituição de reserva de capital	16.e & 21	-	1,268	(1,268)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	16.a	-	-	7,072	-	-	-	-	-	-	9,430	16,502
Constituição de reservas	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7,072)	(7,072)
Distribuição de dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,358)	(2,358)
Distribuição de dividendos adicionais propostos	16.b & 16.f	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,462)	-	(3,462)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		7,085	3,236	7,072	-	1,415	(624)	21,697	12,896	-	-	52,777
Aumento de capital	16.b	317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	317
Reserva de pagamento baseado em ações	21	-	-	-	-	-	-	1,744	-	-	-	1,744
Ajuste acumulado de conversão	10	-	-	-	-	-	-	-	(812)	-	-	(812)
Ações em tesouraria adquiridas	16.i	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,179	56,179
Constituição de reservas	16.g & 16.h	-	416	-	4,179	-	-	-	-	-	(4,179)	416
Dividendos propostos no exercício	16.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52,000)	(52,000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		7,402	3,652	7,072	4,179	1,415	(626)	23,441	12,084	-	-	58,619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tarpon Investimentos S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de administração (bruta)	18	-	-	34,169	47,060
Taxa de performance (bruta)	18	-	-	95,324	1,128
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1,950)	(2,191)	(9,646)	(9,250)
Valor adicionado bruto		(1,950)	(2,191)	119,847	38,938
Retenções					
(-) Depreciação, amortização e/ou exaustão	19	-	-	(47)	(308)
Valor adicionado líquido produzido		(1,950)	(2,191)	119,800	38,630
Valor adicionado recebido em transferência		58,129	11,621	6,984	1,489
Resultado de equivalência patrimonial	10	52,880	11,450	-	-
Receitas e despesas financeiras	20	5,249	171	6,984	1,489
Valor adicionado total a distribuir		56,179	9,430	126,784	40,119
Distribuição do valor adicionado		56,179	9,430	126,784	40,119
Pessoal		-	-	35,008	23,465
Remuneração direta e encargos	15	-	-	35,008	23,465
Impostos, taxas e contribuições		-	-	35,597	7,224
Federais		-	-	33,007	6,307
Municipais		-	-	2,590	917
Remuneração do capital próprio		56,179	9,430	56,179	9,430
Dividendos pagos/propostos	16.c	52,000	2,358	52,000	2,358
Lucros retidos do exercício	16.b & 16.f	4,179	7,072	4,179	7,072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia” ou “Tarpon”) foi fundada em setembro de 2002, inicialmente organizada sob a forma de sociedade limitada, com sede a Rua Iguatemi, nº 151 - 23º andar, São Paulo/SP, tendo por objeto social atuar como administradora de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestora de recursos de terceiros, por meio de fundos de investimento, carteiras administradas e outros veículos de investimentos (“Fundos Tarpon”). Em dezembro de 2003, a Companhia procedeu à transformação para sociedade anônima.

Em julho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque (TISA NY, Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Esta subsidiária está em processo de encerramento de suas atividades. Em 28 de março de 2012, houve a transferência das ações da Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd. da TIG Holding NY LLC para a Tarpon Investimentos S.A. Por fim, em 25 de abril de 2012, a Companhia formou a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), cujo propósito é atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior.

Em 28 de dezembro de 2018, a Tarpon anunciou ao mercado que a Mangue Participações Ltda., na qualidade de acionista controladora da Companhia protocolou o pedido de registro de oferta pública de aquisição das ações ordinárias (“OPA”) de emissão da Companhia em circulação no mercado, com o objetivo de cancelar o registro de companhia aberta da Companhia e a consequente saída do Novo Mercado, a qual está em andamento da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados em razão dessas práticas contábeis terem sido aplicadas de maneira consistente. Assim sendo, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Tarpon.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A Tarpon Gestora (investida) possui como moeda funcional Reais (R\$). A TISA NY, Tarpon All Equities (Cayman) e TSOP Ltd., possuem como moeda funcional o Dólar Americano (US\$).

2.3 Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetem a aplicação dos princípios contábeis, bem como os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas incluindo a determinação dos valores de mercado de títulos e plano de opções de compra de ações e também para os passivos contingentes, provisões e obrigações legais. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As premissas e as estimativas são revisadas trimestralmente e anualmente.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Tarpon Gestora de Recursos S.A., TISA NY, Inc., Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd.

Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”)

Em 25 de abril de 2012, a Tarpon Investimentos S.A. passou a deter a totalidade das ações da Tarpon Gestora, totalizando 500 ações ao valor unitário de R\$ 1,00.

Em 31 de agosto de 2012, houve aumento do capital social para R\$ 763 com a emissão de 762.292 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

TISA NY, Inc. (“TISA NY”)

A TISA NY é uma subsidiária integral da Companhia. O resultado da TISA NY e seu respectivo investimento são avaliados por método de equivalência patrimonial (demonstrações financeiras individuais) que têm a moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora.

Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd.

Em 28 de março de 2012, a Companhia passou a deter a totalidade das ações da Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e da TSOP Ltd. Essas empresas atuam como general partner (sócio gerente) de determinados fundos de investimento estrangeiros e tem sua moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora.

Os investimentos nas subsidiárias no exterior são convertidos para a moeda de apresentação, conforme abaixo:

- Os saldos dos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio oficial, vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- As contas de resultado são convertidas pela cotação do câmbio na data de cada transação; e
- Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados, na rubrica “ajuste acumulado de conversão”, sendo o efeito de conversão dos recursos em moeda estrangeira no consolidado, apresentado segregadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

O valor dos investimentos nas controladas e todos os saldos entre essas empresas foram eliminados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

2.5 Normas e interpretações emitidas e adotadas

As normas e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, quando aplicáveis, foram adotadas pela Tarpon.

Normas e interpretações emitidas e adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 9
(CPC 48)

O IFRS 9 introduziu novos requerimentos para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e desreconhecimento de passivos financeiros; (b) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; (c) contabilização de hedge e (d) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes para alguns instrumentos de dívidas simples. Esta norma é aplicável para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15
(CPC 47)

Receitas de contratos com clientes - estabelece um modelo simples e claro para as entidades utilizarem na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes, substituindo as orientações atuais de reconhecimento de receita do IAS 18/CPC 30(R1) e IAS 11/CPC 17(R1). Esta norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Em relação as aplicações da referida norma, a Companhia avaliou que: (a) as alterações de mensuração de ativos e passivos financeiros não trouxeram impactos em sua adoção, considerando os atuais ativos e passivos financeiros da Companhia e seu atual modelo de negócio; (b) as alterações de classificação de ativos e passivos financeiros também não trouxeram impactos relevantes, pois os atuais ativos financeiros mensurados a valor justo, como aplicações em CDB e outros títulos e valores mobiliários continuaram sendo apresentados como ativos a valor justo; os recebíveis derivados das receitas de gestão e performance continuaram sendo apresentados como ativos a custo amortizado; e os passivos financeiros como contas a pagar continuaram sendo apresentados como passivos a custo amortizado; (c) os requerimentos de *impairment* para ativos financeiros não tiveram impactos relevantes em sua adoção, pois a Companhia não possui montantes relevantes de ativos financeiros com risco de crédito que seriam objeto de metodologias de *impairment*; (d) os requerimentos de contabilização de hedge não trouxeram impactos em sua adoção, pois a Companhia não opera atualmente com instrumentos financeiros derivativos; e (e) com relação aos critérios de reconhecimento de valor justo através de outros resultados abrangentes, também não tiveram impactos relevantes em sua adoção, pois não possui atualmente ativos financeiros nessas condições.

A Administração avaliou que a adoção deste pronunciamento não trouxe qualquer impacto no reconhecimento das receitas atuais da Companhia, pois tais receitas são derivadas da taxa de gestão e performance dos fundos geridos, cujo os critérios de obrigação de desempenho são definidos nos regulamentos dos fundos, e isso é semelhante à identificação atual de componentes de receita e atendimento das obrigações de desempenho do IAS 18/CPC 30(R1).

Alteração ao IFRS 2 (CPC 10)	As alterações esclarecem (a) sobre a forma de estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ação, quando liquidados em caixa; (b) classificação das operações quando possuem “uma característica de liquidação de forma líquida” e (c) contabilização do pagamento baseado em ações que altera a liquidação de “liquidado em caixa” para “liquidado por meio de instrumentos patrimoniais”. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A Administração avaliou que as alterações trazidas pela norma, não causaram impactos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que o plano atual de pagamento baseado em ações é do tipo liquidado através de instrumentos de patrimônio.
Alterações ao IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36 e CPC 18)	As alterações abordam situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Data de início de aplicação ainda não definida.	A aplicação dessas alterações não trará qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não são aplicáveis às atuais operações da Companhia.
Alterações IAS 40 (CPC 28)	As alterações esclarecem que uma transferência para, ou a partir de propriedades para investimento, exige uma avaliação sobre se uma propriedade se enquadra, ou deixou de se enquadrar, na definição de propriedade para investimento, apoiada por evidências observáveis de uma mudança no uso. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A aplicação dessas alterações não trouxe qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não são aplicáveis às atuais operações da Companhia.
IFRS 1/CPC 37 e IAS 28/CPC 18 (melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2014-2016)	As alterações esclarecem que a opção feita por uma organização de capital de risco e outras entidades semelhantes para mensurar investimentos em coligadas e joint ventures ao valor justo por meio do resultado está disponível separadamente para cada coligada ou joint venture, e essa escolha deve ser feita no momento do reconhecimento inicial da coligada ou joint venture. Aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A aplicação dessas alterações não trouxe qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que a Companhia não é adotante inicial das IFRSs, nem uma organização de capital de risco, e não tem nenhuma coligada ou joint venture que seja uma entidade de investimento.
IFRIC 22	A IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação” com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). Aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	A aplicação dessas alterações não trouxe qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que a mesma já adota a data da transação envolvendo pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira de forma consistente com as alterações.

Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

IFRS 16 (CPC 6(R2))	A norma introduz um modelo abrangente para identificação de acordos de arrendamento e tratamentos contábeis para arrendatários e arrendadores, substituindo as atuais orientações de arrendamento, incluindo a IAS 17 e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência. Esta norma é aplicável para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.	A Administração avalia que a adoção dessas alterações não terá impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não possui contratos de arrendamentos aplicáveis aos novos requerimentos de reconhecimento de ativo de direito de uso.
---------------------	--	---

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia e suas controladas e subsidiárias no exterior no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

a. Receitas

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), baseado nos respectivos regulamentos e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados substancialmente por aplicações da Companhia em Títulos Públicos atrelados ao Selic. Os juros, ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros”.

Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos foram liquidados em 22 de maio de 2017, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.c.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações financeiras da Companhia.

e. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior

Os investimentos em controladas e em subsidiárias no exterior são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

f. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%).

As benfeitorias em imóvel de terceiros são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

h. Depósitos judiciais

Estão representados por depósitos judiciais efetuados pela Companhia para interposição de recursos e discussão da incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre receitas provenientes do exterior. (nota 23a).

i. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

j. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (vide nota 23) são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Provisões para riscos – são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

k. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pró-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

l. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Tarpon Investimentos S.A. e sua controlada Tarpon Gestora de Recursos S.A. utilizaram como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que superar a R\$ 240 ao ano, ou, R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%. A Tarpon Gestora de Recursos S.A. reconheceu em suas demonstrações financeiras, o crédito tributário incidente sobre diferenças temporárias. Não são reconhecidos os créditos tributários para Tarpon Investimentos S.A., conforme nota explicativa nº 22.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. adotou o regime do Lucro Presumido para apuração de seus impostos, utilizando alíquota de 32% sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviços adicionando as receitas financeiras e ganhos de capital para a formação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social e aplicando-se as alíquotas de 15% de imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido tributável excedente à R\$ 60 no trimestre e 9% de contribuição social.

As alíquotas de PIS e COFINS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sob regime não-cumulativo de apuração. As alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,60% respectivamente (regime cumulativo em 31 de dezembro de 2017, com alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,00% para COFINS), na apuração dos tributos na Tarpon Gestora, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas da gestão dos fundos nacionais. São apurados créditos sobre insumos, tais como: custos com energia elétrica, aluguel, depreciação e amortização.

A base de receitas financeiras também é tributada, sendo utilizadas as alíquotas de PIS e COFINS em de 0,65% e 4,00% respectivamente.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais e estrangeiros, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

m. Outros ativos e passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pró-rata” dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pró-rata” dia) incorridos.

n. Recebíveis

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

o. Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

p. Resultado abrangente

Resultante do efeito da variação cambial na conversão do balanço da subsidiária no exterior.

q. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para os IFRS representam informação financeira suplementar.

r. Lucro líquido por ação (básico e diluído)

O lucro líquido básico por ação é calculado por meio dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada

das ações ordinárias em circulação nos respectivos períodos. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações e do período de *vesting* das ações restritas, ambos mencionados na nota 21, com efeito diluidor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação e IAS 33.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados no individual e consolidado pelos saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento em até 90 dias da data das suas realizações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos estavam assim representados:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	59	51	2.733	28.285
	59	51	2.733	28.285

5 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos financeiros estavam assim representados:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (i)	32.978	-	53.097	23.614
CDB (ii)	-	-	-	1.971
Operações compromissadas (iii)	-	-	45.184	-
	32.978	-	98.281	25.585

- i. Aplicação em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), junto à XP Investimentos, classificado como nível 2 e remunerado pela SELIC efetiva. Aplicações realizadas em diferentes momentos, com respectivos vencimentos para: março e setembro de 2022 no individual, e março de 2022 e setembro de 2022 e 2023, no consolidado. Estas operações estão classificadas no curto prazo devido sua previsão de liquidez diária.
- ii. Produtos indexados à variação do DI, aplicados junto ao Itaú Unibanco S/A. Seu valor justo é classificado como nível 2 considerando a existência de liquidez diária e a indexação ao DI, sendo os ajustes diários informados pela Instituição Financeira. As aplicações em CDB do Itaú Unibanco S/A. foram resgatadas integralmente no início do exercício de 2018.

- iii. Produtos indexados à variação do DI, aplicados junto ao Itaú Unibanco S/A., com valor justo mensurado por meio de resultado, classificado como nível 2, considerando sua liquidez diária. O vencimento da aplicação dá-se no mês de janeiro de 2019.

6 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta basicamente a riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros, entre os quais:

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A política da Companhia é minimizar a exposição ao risco de crédito, revisando e aprovando todas as decisões sobre investimentos para garantir que eles sejam feitos somente em ativos de alta liquidez, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito está demonstrada nas notas 4, 5 e 7.

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado como taxa de juros e cotações em bolsa de valores, afetem a receita ou o valor de seus instrumentos financeiros. A política da Companhia é minimizar a sua exposição ao risco de mercado, buscando diversificar a aplicação de seus recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Risco de moeda

Exceto pela participação em subsidiária no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional e de reporte da Companhia, não possuímos exposição significativa ao risco cambial.

b. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado

	Método de avaliação em Dezembro de 2018 e 2017	Exposição a risco de valor de mercado?
Aplicação em CDB	Corrigido pela taxa de indexação – DI	Não
Operações Compromissadas	Corrigido pela taxa de indexação – DI	Não
LFT	Corrigido pela taxa Selic	Não

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não detinha qualquer operação com instrumentos financeiros derivativos.

Em 22 de maio de 2017 a Companhia, por meio de sua subsidiária – Tarpon Gestora, liquidou seu contrato de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (swap) junto ao Banco Itaú BBA S.A., do qual a Companhia tinha posição ativa na variação do preço das ações ordinárias de sua emissão e passiva na variação de 100% do CDI acrescido de uma taxa pré-fixada. O resultado apurado na operação, no exercício em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 419 negativo (nota 20) contabilizado no resultado no grupo “Resultado com ativos financeiros”.

d. Ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado

Os Ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tais como recebíveis, outros ativos, contas a pagar e obrigações societárias, possuem valores justos iguais aos valores contábeis.

7 Recebíveis

As taxas de administração devidas pelos Fundos Tarpon locais são calculadas mensalmente e pagas no início do período subsequente, conforme o respectivo regulamento.

As taxas de performance são calculadas, semestralmente, anualmente ou bianualmente e pagas nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e em 31 de dezembro de cada ano, conforme o respectivo regulamento.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de administração	7.441	327
Taxa de performance	1.026	331
	8.467	658

8 Impostos a compensar

O saldo de tributos a recuperar está representado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, desta forma:

Curto prazo	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo de IRPJ e CSLL (i)	194	184	195	184
Contribuições retidas na fonte	19	19	19	19
Impostos a compensar - TISA NY	-	-	45	124
Outros	-	-	133	125
	213	203	392	452
Longo prazo	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo de IRPJ e CSLL (i)	1.122	1.075	1.122	1.075
	1.122	1.075	1.122	1.075
Total dos impostos a compensar	1.335	1.278	1.514	1.527

- (i) Em 2017, a Companhia realizou junto à Receita Federal do Brasil, pedido de restituição do saldo de IRPJ de 2013. O valor do principal, é de R\$ 737, atualizado via SELIC conforme apresentado.

9 Outros ativos

O saldo de outros ativos, está representado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, desta forma:

Curto prazo	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a fornecedores	276	1.669
Despesas a reembolsar - Fundos	3.976	1.278
Depósito judicial - ISS (nota 23.a)	7.250	4.471
Bônus de subscrição - Encargos (i)	264	-
Outros	343	711
	12.109	8.129
Longo prazo	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos a empregados	704	-
	704	-
Total Outros ativos	12.813	8.129

- i. Os encargos relacionados ao pagamento baseado em subscrição de ações restritas (*stock grant*) já recolhidos pela Companhia, serão computados no resultado da Companhia, à medida em que se atinjam as premissas e prazos dos contratos de outorga (vide nota 21).

10 Investimento

Abaixo seguem os quadros de movimentação dos saldos das investidas Tarpon Gestora, TISA NY, Tarpon All Equities (Cayman) e TSOP Ltd.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.606
<hr/>	
Movimentação	
Equivalência patrimonial	(548)
Ajuste de variação cambial	3.281
(-) Valores pagos à controladora pelo desinvestimento	(29.685)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	654

A subsidiária TISA NY está em processo de encerramento de suas atividades (vide nota 1). Desta forma, parte de seus ativos foram transformados em caixa e repassados à Companhia, em forma de desinvestimento. O montante que representa o processo de liquidação, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 29.685. Portanto, o investimento está da seguinte forma:

TISA NY – em R\$ mil – Acumulado

TISA NY, Inc. - Movimentação do investimento

Em USD - Mil		Em R\$ - Mil						
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	Resultado em 31 de dezembro de 2018	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018	Resultado em 31 de dezembro de 2018	(-) Valores pagos à controladora pelo desinvestimento	Ajuste de variação cambial	Percentual de participação no capital	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018
8.345	(136)	27.606	(548)	(29.685)	3.281	100%	(548)	654

Tarpon Gestora de Recursos S/A.

Tarpon Gestora de Recursos S/A. - Movimentação do investimento (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.811
Movimentação	
Equivalência patrimonial	53.428
Aporte na controlada, referente ao plano de opções	1.744
(-) Aporte na controlada, referente à bonificação baseada em ações	(2.446)
Dividendos pagos à controladora	(42.435)
Dividendos destinados à controladora	(20.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.098

Em R\$ - Mil							
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	Resultado em 31 de dezembro de 2018	Percentual de participação no capital	Equivalência patrimonial	Diferimento referente à bonificação baseada em ações	(-) Aporte na controlada referente à bonificação baseada em ações	(-) Dividendos pagos à controladora	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018
33.811	53.428	100%	53.428	1.744	(2.446)	(62.439)	24.098

Tarpon All Equities (Cayman) e TSOP Ltd.

Os investimentos nas controladas Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. e TSOP Ltd. equivalem a R\$ 101 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

11 Imobilizado

O imobilizado da Companhia é composto por:

Bens	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Aquisições	(-) Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Máquinas e equipamentos	15	2	(6)	11
Computadores	85	-	(30)	55
Equipamentos de telefonia	1	8	(2)	7
Total	101	10	(38)	73

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apenas a Tarpon Gestora de Recursos S.A., possui ativo imobilizado registrados em seu balanço.

12 Intangível

Refere-se a software desenvolvido internamente com o custo de R\$ 188 e vida útil estimada em 20 anos. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo líquido do ativo intangível é de R\$ 163 (R\$ 172 em 31 de dezembro de 2017) e a amortização deste software foi de R\$ 9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

13 Contas a pagar

As contas a pagar da Companhia são compostas da seguinte forma:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos com partes relacionadas (nota 24)	-	6.292	-	-
Fornecedores e locações	-	-	96	340
Prestação de serviços	-	-	1.577	122
Outros (nota 24)	76	979	-	-
	76	7.271	1.673	462

14 Obrigações tributárias

Os saldos são compostos pelos tributos próprios e de terceiros a pagar:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	22.868	1.430
PIS e COFINS a pagar	8	8	141	32
IOF e ISS a pagar	330	330	356	343
Provisão para contingências fiscais (nota 23)	-	-	7.250	4.471
Impostos retidos de terceiros	36	26	244	31
	374	364	30.859	6.307

15 Obrigações trabalhistas e despesas com pessoal

As obrigações trabalhistas estão compostas por encargos sociais sobre salários, provisão de férias, décimo terceiro salário, participação nos lucros e resultados e gratificação. Em 31 de dezembro de 2018 os montantes eram: consolidado de R\$ 16.667 (31 de dezembro de 2017 consolidado de R\$ 2.195) e individual em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 69 (31 de dezembro de 2017, individual de R\$ 14).

As despesas de pessoal apresentaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, montantes no consolidado de R\$ 32.849 (R\$ 23.465 em 31 de dezembro de 2017), e são compostas por remuneração, encargos sociais, bônus e outras gratificações.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 7.818 (R\$ 7.085 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 45.299 mil (44.115 mil em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas emitidas, sem valor nominal.

b. Aumento de capital

No trimestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia teve aumento de capital via emissão pública de ações de 104 mil novas ações, pelo valor unitário de R\$ 2,67, totalizando R\$ 277. Em 11 de julho de 2018, a Companhia emitiu 170 mil novas ações ao valor unitário de R\$ 2,67, totalizando R\$ 456. Deste montante, apenas R\$ 317 foi utilizado para aumento de capital no exercício. O valor remanescente, foi destinado para composição da reserva de capital, conforme nota explicativa nº 16.f.

Adicionalmente, a Companhia emitiu 910 mil ações restritas ao valor unitário de R\$ 2,67, totalizando R\$ 2.436, conforme explicado na nota nº 21. Tais ações restritas foram integralizadas pelos executivos após recebimento do benefício pecuniário dado pela subsidiária Tarpon Gestora e que estavam sujeitos à aquisição das ações restritas de emissão da Companhia pelo valor de mercado dos últimos 60 dias da data da outorga.

Essas ações restritas possuem os mesmos direitos dos demais acionistas, incluindo recebimento de dividendos, mas não podem ser negociadas pelos executivos até o cumprimento do período de permanência na Companhia (*vesting*), sendo que 50% das ações restritas não poderão ser negociadas até 31 de outubro de 2018 e 50% das ações restritas não poderão ser negociadas até 31 de outubro de 2019.

O plano de outorga prevê que em caso de saída voluntária do executivo, a Companhia têm o direito de recomprar as ações restritas pelo valor simbólico unitário de R\$ 0,01 (um centavo), respeitando o cálculo pró rata da data da outorga até a data de saída do executivo.

Desta forma, a Companhia entende que o reflexo no patrimônio líquido pela emissão de tais ações restritas somente será considerado após cumprimento do período de *vesting*.

c. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, essa reserva, que não poderá exceder 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de reserva legal é de R\$ 1.415 (R\$ 1.415 em 31 de dezembro de 2017).

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do estatuto.

Em 09 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração deliberou a distribuição do montante de R\$ 2.358 a título de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. No segundo trimestre de 2018, foi realizada a liquidação de R\$ 2.335 do total de dividendos declarados em 31 de dezembro de 2017.

Em 28 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração deliberou a distribuição do montante de R\$ 52.000 a título de dividendos intermediários referente ao período de 01 de janeiro à 30 de novembro de 2018. Na mesma data, a Companhia realizou pagamento parcial de R\$ 31.995. O saldo remanescente, de R\$ 20.005 será liquidado até 15 de janeiro de 2019, na proporção de cada acionista com base na posição acionária da Companhia, em 04 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de dividendos a pagar é de R\$ 20.091 (R\$ 2.421 em 31 de dezembro de 2017).

e. Reserva estatutária

O estatuto social da Companhia prevê que até 10% do lucro líquido, ajustado nos termos do estatuto, deduzido o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, poderá ser destinado para reserva estatutária, denominada reserva de investimento, com a finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, limitado ao Capital Social da Companhia.

f. Reserva de capital

O saldo da conta de reserva de capital, é decorrente da emissão de novas ações, transferência do saldo das opções exercidas da conta de “Plano de Opção” e cancelamento de ações mantidas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva de capital é de R\$ 3.652 (R\$ 3.236 em 31 de dezembro de 2017).

g. Reserva de lucro

O saldo em reserva de lucro em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 11.251 (R\$ 7.072 em 31 de dezembro de 2017).

h. Reserva de investimento

O saldo em reserva de lucro em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.093 proveniente de saldo de desinvestimento na subsidiária TISA NY, conforme nota explicativa nº 10.

i. Recompra de ações

Em 09 de maio de 2017, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações de até 200 mil ações representativas, portanto, de até 1,35% do total de ações em circulação.

Em 15 de maio de 2017, mediante o programa de recompra de ações acima, foram incorporadas a tesouraria o montante de R\$ 624, equivalente a 156 mil ações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a recompra de 227 mil ações de acionistas que deixaram o plano de ações restritas conforme evidenciado pela nota explicativa nº 21.b. Essas ações foram recompradas à um custo de R\$ 0,01 a unidade, sendo o saldo de R\$ 2, acrescido na rubrica de ações em tesouraria. Portanto, o saldo em ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 626 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2017).

17 Lucro líquido por ação

a. Lucro líquido por ação básico

O cálculo do lucro líquido por ação foi feito com base no lucro da Companhia atribuído aos acionistas controladores e na média ponderada de ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas	56.179	9.430
<i>Média ponderada no número de ações ordinárias</i>		
Ações ordinárias no início	44.115	44.115
Ações em tesouraria	(156)	(156)
Total de ações em circulação no início	43.959	43.959
Ações emitidas	1.184	-
Recompra de ações mantidas em tesouraria	(227)	-
Total de ações em circulação no final	44.916	43.959
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação da Companhia	44.093	44.017
Lucro líquido básico por ação	1,25	0,21

b. Lucro líquido diluído por ação

Para o cálculo do lucro líquido diluído por ação, pressupomos o exercício das opções de compra de ações já outorgadas e as ações restritas emitidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.b:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas	56.179	9.430
Média ponderada no número de ações ordinárias em circulação da Companhia	44.093	44.017
Ajuste por opção de compra de ações restritas	-	2.275
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o lucro diluído por ação	44.093	46.292
Lucro líquido diluído por ação	1,27	0,20

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita relacionada à taxa de administração	34.169	47.060
Receita relacionada à taxa de performance	95.324	1.128
Tributos sobre taxa de administração (i)	(1.038)	(1.039)
Tributos sobre taxa de performance (i)	(1.944)	(64)
	126.511	47.085

(i) Saldo composto por impostos sobre receita bruta (ISS, PIS e COFINS).

Os Fundos Tarpon seguem o conceito de “*high water mark*” (marca d’água). Assim, somente é cobrada taxa de performance dos Fundos Tarpon se o valor da cota no momento da apuração superar o valor da cota no momento da última cobrança de performance, ou seja, última marca d’água, ajustada pelo seu parâmetro de rentabilidade.

Consequentemente, o valor das receitas relacionadas com taxas de performance podem sofrer variações significativas de ano a ano de acordo com: (i) as flutuações no valor dos ativos líquidos das carteiras dos Fundos Tarpon, (ii) o desempenho das carteiras comparado com as taxas mínimas de rentabilidade (*hurdle rate*) para cada fundo e (iii) a realização dos investimentos ilíquidos (uma vez que, taxas de performance relacionadas a esses investimentos são cobradas somente quando da realização do investimento).

Em 28 de novembro de 2018, com a concretização da venda das ações da Somos Educação, a qual o controle pertencia aos fundos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., foi apurada e faturada taxa de performance no montante de R\$ 94.298, recebida em 29 de novembro de 2018.

19 Despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Manutenção do escritório	-	-	(1.742)	(1.939)
Serviços de terceiros	(1.646)	(1.863)	(5.762)	(3.620)
Despesas de representação	-	-	(231)	(739)
Depreciação e amortização (notas 11 e 12)	-	-	(47)	(308)
Despesas com sistema de informação	(2)	-	(636)	(433)
Despesas com taxas e demais contribuições	(41)	(51)	(204)	(199)
Outros gastos	-	-	(566)	(314)
	(1.689)	(1.914)	(9.188)	(7.552)

20 Resultado com ativos financeiros

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação em CDB	-	-	359	265
Rendimentos de aplicação Compromissada	-	-	-	812
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.158	-	2.543	622
Atualizações monetárias	55	180	362	471
Varição cambial ativa	4.093	-	4.133	63
	5.306	180	7.397	2.233
Despesas financeiras				
Despesa com instrumentos financeiros derivativos (i)	-	-	-	(419)
Atualizações monetárias	-	-	(274)	(316)
Tributos sobre receitas financeiras	(57)	(9)	(139)	(9)
	(57)	(9)	(413)	(744)
Resultado financeiro	5.249	171	6.984	1.489

(i) Valores correspondem ao ajuste líquido da marcação a mercado no período dos contratos de SWAP efetuados pela Companhia.

21 Planos de pagamento baseado em ações

a) Plano de opção de compra de ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia, em 16 de fevereiro de 2009. Este Plano permite a outorga de 13.724 mil ações, cujos termos, condições de aquisição, prazo máximo das opções outorgadas e a forma de liquidação estão abaixo descritos.

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia, bem como pessoas vinculadas a empresas de portfólio dos Fundos Tarpon ou que prestem serviços à Companhia, mediante determinação do Conselho da Administração, adquiram ações ordinárias da Companhia, representando até 25% das ações de emissão da mesma. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia.

Do total das opções outorgadas no Plano, (a) até 70% podem ser outorgadas a partir da data de entrega em vigor do Plano, (b) até 7,5% adicionais podem ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2009, (c) até 7,5% adicionais podem ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2010, (d) até 7,5% adicionais podem ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2011, e (e) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2012. As Opções não outorgadas em qualquer data de outorga acima prevista poderão ser outorgadas nas datas de outorga subsequentes.

As opções outorgadas tornam-se exercíveis, conforme disposto a seguir:

- Primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 anuais aniversários subsequentes a 1º de julho de 2009;
- Segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários anuais subsequentes à 1º de julho de 2009; e
- Opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009, exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga, com exceção das devolvidas. A mesma regra é válida para as opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2010, 1º de julho de 2011 e 1º de julho de 2012.

As opções outorgadas e não exercidas que se tornarem disponíveis para outorga em caso de desligamento do respectivo titular poderão ser outorgadas novamente em qualquer data até 1º de julho de 2017, sendo que tais opções tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada um dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Caso os atuais acionistas controladores deixem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva data em que se tornar exercível.

O exercício das opções objeto do plano está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo do beneficiário com a Companhia. Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

O preço de exercício de cada outorga de opções equivale ao maior valor entre (i) R\$5,60 por ação (ajustado por dividendos distribuídos pela Companhia desde a data da aprovação inicial do Plano até a data da outorga da respectiva opção) e (ii) 75% da cotação da ação no pregão anterior à data de outorga. O preço de exercício das opções será reduzido por dividendos distribuídos pela Companhia até o limite do maior valor entre R\$ 2,53 por ação ou 45% da cotação das ações na data anterior à outorga da respectiva opção.

O preço de exercício da opção deverá ser pago integralmente pelo participante em dinheiro. Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas pelo prazo de 12 meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

A seguir, as descrições de cada outorga (individual/consolidado):

Outorgas					Devoluções		Exercício/Prescrição			Exercer em 31 de dezembro de 2018		
Outorga	Data	Qtde.	Valor justo unitário	Valor justo	Qtde.	Valor	Qtde.	Preço médio	Valor	Qtde.	Preço de exercício	Valor
1º	10/03/2009	6.894	0,39	2.668	(132)	(51)	(6.762)	2,59	(17.514)	-	-	-
2º	10/03/2009	768	0,39	297	(106)	(41)	(662)	2,59	(1.715)	-	-	-
3º	30/11/2009	2.493	4,08	10.180	(384)	(1.568)	(2.109)	3,06	(6.454)	-	-	-
4º	19/02/2010	530	4,62	2.449	(184)	(850)	(346)	3,38	(1.169)	-	-	-
5º	18/08/2010	1.115	6,72	7.491	(299)	(2.009)	(816)	5,55	(4.529)	-	-	-
6º	05/08/2011	960	8,07	7.745	(326)	(2.630)	(634)	8,73	(5.535)	-	-	-
7º	09/08/2012	560	6,51	3.645	(312)	(2.031)	(248)	8,99	(2.230)	-	-	-
8º	20/09/2012	50	6,88	344	-	-	(50)	-	-	-	-	-
9º	10/10/2013	1.192	8,15	9.713	-	-	(1.192)	-	-	-	-	-
10º	03/03/2015	147	5,80	853	-	-	(147)	-	-	-	-	-
Total		14.709		45.385	(1.743)	(9.180)	(12.966)		(39.144)	-		-

O não reconhecimento no resultado, referente às opções a exercer de 2.275 mil ações, divulgado no trimestre findo em 30 de junho de 2018 dá-se pelo término do vínculo do beneficiário das opções com a Companhia e o não exercício das opções. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui opções de ações a exercer, referente ao plano.

Quanto aos saldos apropriados na conta de plano de opção de ações, tanto no patrimônio líquido quanto no resultado (consolidado), temos:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Plano de opção de ações ao resultado	(311)	(939)

A avaliação do Plano de Opção de Compra de Ações é elaborada utilizando o modelo de árvore binomial, que foi aplicado na data de cada outorga considerando os parâmetros de mercado. As seguintes premissas foram adotadas na data de cada outorga:

	10 de março de 2009 (*)	30 de novembro de 2009	19 de fevereiro de 2010	18 de agosto de 2010	5 de agosto de 2011	9 de agosto de 2012	20 de setembro de 2012	10 de outubro de 2013	3 de março de 2015
Volatilidade média anual	70%	34%	28%	23%	20%	24%	20%	19%	27%
Preço na outorga da ação	1,29	6,87	7,84	11,45	15,20	12,65	13,77	15,44	10,59
Preço de exercício das opções objeto do plano nos termos do programa	5,60	5,40	5,63	8,59	11,40	9,49	10,12	11,63	7,91
Taxa de juros livre de risco	13,00%	8,75%	8,63%	10,75%	11,90%	10,15%	9,10%	11,78%	13,00%
Dividendos esperados	0,62	0,47	0,45	0,69	6%	6%	6%	6%	6%

(*) Nesta data, as ações da Tarpon Investimentos S.A. não eram negociadas na [B]3.

Para a determinação da volatilidade esperada, foram utilizados entre outros parâmetros os índices Ibovespa e o preço de negociações das ações da Tarpon (TRPN3), durante os períodos os quais as opções foram outorgadas.

b) Plano de ações restritas

Conforme evidenciado na nota nº 16.b, foram emitidas 910 mil ações restritas, ao valor justo unitário de R\$ 2,67, totalizando R\$ 2.434, dos quais, de acordo com o entendimento da Companhia, deverão ser apropriados ao resultado seguindo o período de *vesting* do plano de outorga, que se refere apenas à permanência do executivo na Companhia.

Das 910 mil ações restritas emitidas, a Companhia exerceu a opção de recompra de 227 mil ações, devido ao não cumprimento do período de *vesting* do plano de outorga por parte de alguns beneficiários. O exercício dessas opções, ocorreram entre os meses de julho e dezembro de 2018, sendo a recompra realizada pelo valor unitário de R\$ 0,01, totalizando R\$ 2, registrado em ações em tesouraria (notas nº 16.i):

Outorgas					Recompra		Exercidas			Exercer em 31 de dezembro de 2018		
Outorga	Data	Qtde.	Valor justo unitário	Valor justo	Qtde.	Valor	Qtde.	Preço médio	Valor	Qtde.	Preço de exercício	Valor
1ª	15/05/2018	910	2,67	2.434	(227)	(0,01)	(153)	2,67	411	530	2,67	1.415

Quanto aos saldos apropriados na conta de plano de opção de ações restritas, no resultado (consolidado), temos os montantes:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Plano de opção de ações restritas ao resultado	(1.433)	-

22 Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Lucro real	31/12/2018		31/12/2017	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Apuração da base de cálculo				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	56.179	88.794	9.430	15.615
Efeito do lucro antes dos impostos das controladas com diferentes regimes de tributação	-	342	-	(17.528)
Base de apuração	56.179	89.136	9.430	(1.913)
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(19.102)	(30.307)	(3.207)	650
Adições/exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	17.979	-	3.857	-
Efeito da tributação na TISA NY	-	(206)	1.504	991
Efeito da tributação na Tarpon Gestora - Lucro presumido (ii)	-	-	-	(5.565)
Gratificações, prêmios, bonificações e encargos correlacionados	-	(3.240)	-	-
Brindes, doações	-	(9)	-	-
Efeito de adicional de imposto de renda	-	24	-	-
Crédito sobre prejuízo fiscal não contabilizado (i)	1.123	1.123	(2.154)	(2.154)
Passivo fiscal diferido de empresas com tributação pelo lucro presumido	-	-	-	(108)
Imposto de renda e contribuição social	-	(32.615)	-	(6.185)

(i) Devido ao fato da Companhia Tarpon Investimentos S.A. não ter expectativa de gerar receitas tributáveis, não foi constituído crédito tributário.

(ii) Em 31 de dezembro de 2017, os impostos apurados através do lucro presumido da Tarpon Gestora de Recursos S.A incidiram substancialmente sobre o total de suas receitas operacionais do

período, no montante de R\$ 48.188 (nota 18). Em 2018, o regime de tributação foi alterado para o lucro real.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativo fiscal diferido em 31/12/2017	-
Contingências fiscais constituídas no exercício	852
Atualização de contingência fiscal	93
Gratificações, prêmios, bonificações e encargos correlacionados	<u>3.308</u>
Ativo fiscal diferido em 31/12/2018	4.253
Passivo fiscal diferido em 31/12/2017	(295)
Atualização de depósitos judiciais	<u>(93)</u>
Passivo fiscal diferido em 31/12/2018	(388)
Crédito tributário constituído em 31/12/2018 (i)	4.160

- (i) Conforme nota explicativa 3.1, a Companhia “Tarpon Gestora”, à partir de 2018, realiza sua apuração de impostos sobre o lucro com base no Lucro Real. De acordo com a apuração da Tarpon Gestora, realizada em 2018, a entidade gerou ativos e passivos diferidos, conforme demonstrado, os quais foram reconhecidos, pois há expectativa de lucro tributável futuro.

23 Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Depósitos Judiciais

A Companhia possui processos, execuções fiscais e ações declaratórias por parte da Prefeitura de São Paulo, relacionados ao não recolhimento do ISS do período entre 2013 e 2017 proveniente dos serviços prestados para fundos internacionais.

Os processos, estão numerados da seguinte forma:

- 1014033-28.2014.8.26.0053 – Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária;
- 1582739-55.2015.8.26.0090 – Execução Fiscal;
- 1582376-34.2016.8.26.0090 – Execução Fiscal;
- 1557195-60.2018.8.26.0090 – Execução Fiscal.

Vinculados aos processos apresentados, a Companhia em paralelo realiza mensalmente o depósito judicial dos montantes apurados de ISS sobre os serviços prestados para fundos internacionais e discute a causa patrocinada por um escritório de advocacia. Portanto, os montantes relacionados ao depósito mencionado, estão assim representados em 31 de dezembro de 2018:

a) Depósito judicial

A Companhia está discutindo judicialmente o imposto sobre serviço (ISS) incidentes sobre a exportação de serviço de administração da carteira de fundos no exterior.

Desta forma, a Companhia provisiona mensalmente os valores relativos a esta contingencia de ISS, os quais estão sendo recolhidos via depósito judicial:

Ação	Provisão ISS - R\$ (Nota 14)	Deposito judicial - R\$ (Nota 9)
Interposição para não recolhimento do ISS sobre exportação de serviço	7.250	7.250

b) Movimentação dos Passivos Fiscais

A Tabela abaixo demonstra a movimentação das contingências, cuja a perspectiva de perda é definida como provável:

Saldo inicial - Dezembro 2017	4.471
Constituição	2.505
Atualização	274
Saldo final - Dezembro 2018	7.250

Risco classificado como perda possível:

- Em junho de 2010, a Companhia efetuou a compensação de montantes de PIS/COFINS recolhidos a maior. Tal compensação foi indeferida pela Receita Federal, sendo que a Companhia atualmente pleiteia sua homologação. O montante total envolvido é de R\$ 208, sendo R\$ 336 atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 324 até 31 de dezembro de 2017). Segundo os assessores jurídicos da Companhia, a avaliação de risco de perda para a Companhia é possível.
- Em maio de 2014 a Companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 9.061, sendo R\$ 13.484 atualizados até 31 de dezembro de 2018 referente a supostos débitos de IRPJ relacionados ao pagamento de participação nos lucros e resultados a determinados empregados da Companhia nos anos calendário de 2009 a 2011.
- Em abril de 2018 foi proferido despacho decisório por parte da Receita Federal do Brasil, não homologando a compensação declarada eletronicamente através de processo via PER/DCOMP. O fato gerou um processo administrativo nº 16327.901028/2018-51, no qual o órgão pleiteia o montante de R\$ 863, sendo R\$ 907 atualizado até 31 de dezembro de 2018. A Companhia por sua vez, entrou com manifestação de inconformidade e aguarda análise por parte das autoridades.
- Em março de 2018, a Companhia fora ajuizada, através do processo judicial nº 3000040-84.2018.8.06.0024, em razão da parte autora ter contratado uma assinatura de revista por período de cobertura em 36 meses, sendo que a mesma parte recebeu apenas 2 (duas) edições. Em audiência realizada no dia 14 de maio de 2018, foi apresentada defesa suscitando que a Tarpon é parte alheia à demanda contestada, requerendo a exclusão da Companhia como parte do processo. Não houve possibilidade de composição e o processo se encontra concluso para prolação de sentença. O valor da contingência está avaliado em R\$ 3 atualizada em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Companhia contesta ambas autuações. Como a avaliação de probabilidade de perda é considerada possível, nenhuma provisão foi constituída pela Companhia.

24 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as operações que influenciaram os resultados dos mesmos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de operações da Companhia com profissionais-chave da Administração.

	Consolidado	
	Ativo /	
	(Passivo)	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo à administração	(7.026)	(10.321)

	Consolidado	
	Receita /	
	(Despesa)	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo à administração	(18.080)	(13.349)
Plano de opção de ações para a administração	(540)	(1.104)

(*) O pessoal chave da Administração não faz jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

No individual há um saldo de R\$ 76 que refere-se a despesa paga pela Tarpon Gestora à ser reembolsada pela Companhia.

25 Eventos subsequentes

Em 13 de fevereiro de 2019, foi aprovada proposta de redução do capital social da Companhia, pelo Conselho de Administração. Consignou-se, ainda, que o Conselho Fiscal também se manifestou, nesta data, favoravelmente à Redução de Capital, nos termos aqui propostos.

* * *

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo Guimarães Lopo Lima

Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Tadao Amoroso Suguita

Contador

Henrique Luiz Gonzaga
CRC 1SP256056//O-0